

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I - PANORAMA DA DESLEGALIZAÇÃO	27
1. A relevância da lei penal no direito brasileiro	27
1.1. O princípio da legalidade como elemento constitutivo do direito penal.	31
2. Normas penais em branco: introdução ao instituto	39
2.1. Os tipos de normas penais em branco	47
2.2. Qual o limite da complementação?	51
2.3. A função do direito administrativo	53
2.4. Espécies normativas administrativas e o desvio de suas funções	56
3. Os bens jurídicos protegidos por normas que necessitam de constante complementação.	64
3.1. Direito penal ambiental.	66
3.2. Direito penal econômico.	73
3.3. Direito penal de Drogas	80
3.4. Outros subtemas do direito penal	83
3.5. A ocorrência da deslegalização: diálogos com a doutrina e os ordenamentos estrangeiros.	92
4. Considerações parciais	98
CAPÍTULO II - AS CAUSAS DA DESLEGALIZAÇÃO	101
1. O encontro da norma penal em branco com o direito penal da sociedade de massas.	101
2. As principais causas da deslegalização do ordenamento penal pátrio . . .	107
2.1. O direito e a sociedade: influências recíprocas	108
2.2. A sociedade de riscos: complexidade, regulação e mudanças sociais.	110
2.3. O direito penal em expansão e a sua influência nas novas criminalizações	124
2.4. A influência externa: o caso das Leis de drogas.	136
3. Os problemas de redação e de execução das leis penais	142
3.1. A crise da lei e da produção normativa	142
3.2. A ausência de técnica legislativa: problemas no processo legislativo e questões de política criminal	145
4. Considerações parciais	151

CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS POSSÍVEIS DA DESLEGALIZAÇÃO.....	153
1. As consequências da deslegalização na tutela penal	153
2. O desvio no bem jurídico protegido pela norma	153
3. O princípio da legalidade e a reserva legal: A competência legislativa penal	160
4. O princípio da legalidade e a taxatividade: Elementos normativos do tipo e leis penais em branco	167
5. O erro de proibição	176
6. As questões processuais e os demais problemas advindos da complexa relação entre o Direito Penal e o Direito Administrativo.....	183
7. A perda da efetividade da norma.....	187
8. Considerações parciais	195
CAPÍTULO IV - AS POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DO PROBLEMA	197
1. O direito penal deslegalizado	197
2. Contribuições em matéria político-criminal	199
2.1. As demandas por processos de descriminalização	202
2.2. A necessidade de estudos de impacto e outras mudanças no processo legislativo brasileiro.....	208
3. Contribuições em matéria administrativa	212
3.1. A necessidade da construção de um sistema sancionador integrado.....	213
3.2. As possibilidades de modelos híbridos existentes no direito comparado.....	218
4. Contribuições em matéria de dogmática penal.....	222
4.1. Os critérios dogmáticos possíveis em matéria de lei penal em branco.....	223
4.1.1. A proibição de remissão de elementos centrais	224
4.1.2. O problema das remissões dinâmicas	229
4.1.3. Proibição de remissões em cadeia	233
4.1.4. Gradação do órgão do qual emana a regulação	234
4.1.5. Hierarquia do ato complementador.....	235
4.1.6. A remissão recíproca e expressa	237
4.1.7. Exame de legalidade do complemento	240
4.1.8. Reconhecimento diferenciado do erro	241
5. Considerações parciais	245
CONCLUSÃO	247
REFERÊNCIAS	253